

CADERNO DE ENCARGOS

DE

**Refeições escolares do 1º ciclo de Vilar e jardins de infância de Mosteiro de Fráguas e Vilar de
Besteiros- 2017/2018**

ÍNDICE

- 1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2. Regulamento e outros documentos normativos**
- 3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4. Objeto do concurso**
- 5. Prazo**
- 6. Preço base**
- 7. Obrigações do prestador de serviços**
- 8. Forma de prestação do serviço**
- 9. Preço contratual**
- 10. Obrigações da entidade adjudicante**
- 11. Condições de pagamento**
- 12. Redução do contrato a escrito**
- 13. Resolução do contrato**
- 14. Foro Competente**
- 15. Comunicações e notificações**
- 16. Contagem de prazos**
- 17. Legislação aplicável**

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:

- a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
- b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

O contrato a celebrar tem por objeto principal a **confeção de refeições escolares do 1º ciclo de:**

-Vilar de Besteiros

e jardim de infância de:

-Vilar de Besteiros

-Mosteiro de Fráguas

Art. 5º Prazo

O prazo para a conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições é o referido no artigo 8º.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **15 000€**.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

Art. 7º Obrigações do prestador de serviços

Confecionar as referidas refeições, conforme especificação no mapa de quantidades.

Art. 8º Forma de prestação do serviço

1. Este fornecimento tem início após a adjudicação e tem a duração de 321 dias.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 9º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Art. 10º Obrigações da entidade adjudicante

1. Confeção das refeições às crianças.

As refeições serão servidas mediante encomenda prévia, de 24 horas, em relação à sua utilização. Quando não seja possível fazer a encomenda prévia, motivada pela ausência da criança, a encomenda deverá ser feita impreterivelmente, na manhã do dia da refeição até às 09 horas e sempre que possível por escrito.

Art. 11º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A faturação deverá mencionar a denominação do concurso e número sequencial de compromisso.

Art. 12º Redução do contrato a escrito

É de exigir a redução do contrato a escrito nos termos do artigo 94º do CCP.

Art. 13º Resolução do contrato

Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Resolução de litígios

Art. 14º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art. 15º Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

1. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
2. Até à celebração do contrato/adjudicação as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Art. 16º Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Art. 17º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, setembro de 2017

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.